

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA 010/2017

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos da Resolução n°. 005/2007, do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 20 de junho de 2017, terça-feira, à partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões na Sede do Ministério Público, situada à 5ª Avenida, 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

01. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECEMENTO PARA A 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA BARREIRAS, DE ENTRÂNCIA FINAL.

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Luiza Gomes Amoedo	3º Quinto	Sim	-
2	Pablo Antonio Cordeiro de Almeida	3º Quinto	Sim	Compôs 1 vez a próxima será alternada
3	Artur José Santos Rios	3º Quinto	Sim	-
4	Tiago Ávila de Souza	4º Quinto	Sim	-
5	Aline Curvêlo Tavares de Sá - Removido em 04/05/2016	4º Quinto	Sim	-
6	Ana Carolina Campos Tavares Gomes Freitas	4º Quinto	Sim	-
7	Catharine Rodrigues de Oliveira Cunha	4º Quinto	Sim	-
8	Márcio do Carmo Guedes	4º Quinto	Sim	-

02. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECEMENTO PARA A 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA JEQUIÉ, DE ENTRÂNCIA FINAL.

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	



1	Thiago Cerqueira Fonseca	3º Quinto	Sim	-
2	Ivelinne Noemi Silva Porto Staut	3º Quinto	Sim	Compôs 1 vez a próxima será consecutiva
3	Pablo Antonio Cordeiro de Almeida	3º Quinto	Sim	Compôs 1 vez a próxima será alternada
4	Artur José Santos Rios	3º Quinto	Sim	-
5	Tiago Ávila de Souza	4º Quinto	Sim	-
6	Aline Curvêlo Tavares de Sá - Removido em 04/05/2016	4º Quinto	Sim	-
7	Ana Carolina Campos Tavares Gomes Freitas	4º Quinto	Sim	-
8	Catharine Rodrigues de Oliveira Cunha	4º Quinto	Sim	-
9	Rodrigo Pereira Anjo Coutinho	4º Quinto	Sim	-
10	Márcio do Carmo Guedes	4º Quinto	Sim	-

03. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECEMENTO PARA A 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ILHÉUS, DE ENTRÂNCIA FINAL.

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Andrea Borges Miranda Amaral	5º Quinto	Sim	Compôs 1 vez a próxima vez será alternada
2	Mariana Pacheco de Figueiredo	5º Quinto	Sim	-
3	Rafael Carvalho Andrade	5º Quinto	Sim	-
4	Fernando Lucas Carvalho Villar de Souza	5º Quinto	Sim	-
5	Vanezza de Oliveira Bastos Rossi	5º Quinto	Sim	-
6	Patrick Pires da Costa	5º Quinto	Sim	-
7	Moacir Silva do Nascimento Júnior	5º Quinto	Sim	-
8	Fabício Guida de Menezes	5º Quinto	Sim	-
9	José Botelho Almeida Neto	5º Quinto	Sim	-
10	Rodolfo Ribeiro de La Fuente	5º Quinto	Não	-
11	Marco Aurélio Nascimento Amado	5º Quinto	Não	-



12	Saulo Murilo de Oliveira Mattos	5º Quinto	Não	-
13	Fernanda Presgrave Bruzdzensky	5º Quinto	Não	-
14	Lucas Ramos de Vasconcelos	5º Quinto	Não	-
15	Hugo Cesar Fidelis Teixeira de Araújo	5º Quinto	Não	-
16	George Elias Gonçalves Pereira	5º Quinto	Não	-

04. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO nº 003.0.167951/2016. ASSUNTO: ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 138/2015 – CSMP. INTERESSADA: CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. RELATORA: CONSELHEIRA MARILENE PEREIRA MOTA.

05. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:

5.1. Procedimento Ministerial nº 003.0.18034/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

5.2. Procedimento Ministerial nº 003.0.60660/2013, da Promotoria de Justiça de Prado;

5.3. Procedimento Ministerial nº 003.0.169986/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

5.4. Procedimento Ministerial nº 699.1.21095/2005, da 2ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

5.5. Procedimento Ministerial nº 003.1.93962/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

5.6. Procedimento Ministerial nº 001.0.213004/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

5.7. Inquérito Civil nº 709.0.223903/2013, da 709.0.223903/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

5.8. Inquérito Civil nº 598.0.234871/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Juazeiro;

5.9. Procedimento Ministerial nº 598.9.28967/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

5.10. Procedimento Ministerial nº 708.0.154579/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

5.11. Procedimento Ministerial nº 1112.9.45032/2017, da Promotoria de Justiça de Ituaçu;

5.12. Inquérito Civil nº 598.0.179450/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;

5.13. Inquérito Civil nº 712.0154723/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;

5.14. Inquérito Civil nº 701.0.160803/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Itapetinga.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA CLEONICE DE SOUZA LIMA:

5.15. Inquérito Civil nº 591.0.33858/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

5.16. Procedimento Ministerial nº 608.0.206807/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;

5.17. Procedimento Ministerial nº 608.9.4500/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de

Jequié;

5.18. Inquérito Civil nº 003.0.87962/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

5.19. Procedimento Ministerial nº 003.0.105392/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

5.20. Procedimento Ministerial nº 003.0.139503/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

5.21. Inquérito Civil nº 003.0.216540/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

5.22. Procedimento Ministerial nº 003.0.261486/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

5.23. Procedimento Ministerial nº 003.0.206238/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

5.24. Procedimento Ministerial nº 003.9.23964/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

5.25. Procedimento Ministerial nº 035.9.103324/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;

5.26. Inquérito Civil nº 592.9.44264/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

5.27. Inquérito Civil nº 020.0.46238/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Barra da Estiva;

5.28. Procedimento Ministerial nº 003.0.20253/2011, do Grupo de Atuação Especial Para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;

5.29. Inquérito Civil nº 592.9.75558/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

5.30. Inquérito Civil nº 598.0.47376/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

5.31. Procedimento Ministerial nº 001.0.100841/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

5.32. Inquérito Civil nº 003.0.180852/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

5.33. Procedimento Ministerial nº 598.0.18894/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

5.34. Procedimento Ministerial nº 598.0.105669/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

5.35. Procedimento Ministerial nº 597.0.233875/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

5.36. Procedimento Ministerial nº 001.0.248925/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

5.37. Procedimento Ministerial nº 608.0.163095/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Jequié;

5.38. Procedimento Ministerial nº 069.9.98405/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

5.39. Inquérito Civil nº 709.0.113231/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

5.40. Procedimento Ministerial nº 003.0.173253/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

5.41. Inquérito Civil nº 003.0.42284/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

5.42. Procedimento Ministerial nº 083.0.148305/2013, da Promotoria de Justiça de Conceição de Feira;

5.43. Inquérito Civil nº 708.0.146910/20111, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas.



RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

- 5.44. Procedimento Ministerial nº 001.0.6140/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 5.45. Inquérito Civil nº 003.0.157285/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 5.46. Inquérito Civil nº 003.0.9558/2013, da 4ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 5.47. Procedimento Ministerial nº 212.0.169602/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Paripiranga;
- 5.48. Inquérito Civil nº 003.0.1846/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 5.49. Inquérito Civil nº 001.0.8312/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 5.50. Inquérito Civil nº 597.0.209127/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 5.51. Procedimento Ministerial nº 003.0.113826/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 5.52. Procedimento Ministerial nº 003.0.9163/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 5.53. Procedimento Ministerial nº 035.0.185569/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 5.54. Procedimento Ministerial nº 596.0.30629/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 5.55. Procedimento Ministerial nº 681.0.196662/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 5.56. Inquérito Civil nº 078.0.126493/2009, da Promotoria de Justiça de Caldas de Cipó.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA:

- 5.57. Recurso Administrativo nº 003.9.35345/2017, apenso nº 674.9.29598/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 5.58. Procedimento Ministerial nº 003.9.89148/2017, da 4ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 5.59. Procedimento Ministerial nº 003.0.74653/2012, da Promotoria de Justiça de Prado;
- 5.60. Inquérito Civil nº 190.0.107427/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 5.61. Procedimento Ministerial nº 003.0.21388/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 5.62. Procedimento Ministerial nº 003.0171811/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 5.63. Procedimento Ministerial nº 003.0.189924/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 5.64. Procedimento Ministerial nº 003.0.6661/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 5.65. Inquérito Civil nº 003.0.57098/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 5.66. Procedimento Ministerial nº 608.0.103354/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 5.67. Procedimento Ministerial nº 241.0.168804/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Remanso;
- 5.68. Procedimento Ministerial nº 197.0.34396/2012, da Promotoria de Justiça de Gentio do Ouro;

- 5.69. Inquérito Civil nº 702.0.143503/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 5.70. Recurso Administrativo nº 003.0.8572/2017, apenso Procedimento Ministerial nº 674.0.116738/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 5.71. Inquérito Civil nº 593.0.190711/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 5.72. Inquérito Civil nº 598.0.121314/2010, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 5.73. Inquérito Civil nº 681.0.13690/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 5.74. Procedimento Ministerial nº 705.0.207132/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 5.75. Procedimento Ministerial nº 655.0.227151/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Gandu;
- 5.76. Procedimento Ministerial nº 598.0.48527/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 5.77. Procedimento Ministerial nº 597.0.38895/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 5.78. Inquérito Civil nº 674.0.224842/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 5.79. Procedimento Ministerial nº 720.0.258603/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 5.80. Inquérito Civil nº 647.0.45788/2016, da 7ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 5.81. Inquérito Civil nº 708.0.80094/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 5.82. Inquérito Civil nº 681.0.215682/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 5.83. Procedimento Ministerial nº 600.9.25743/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 5.84. Inquérito Civil nº 593.0.210099/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
- 5.85. Inquérito Civil nº 702.0.139193/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 5.86. Inquérito Civil nº 709.0.164799/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 5.87. Procedimento Ministerial nº 003.0.81833/2013, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 5.88. Procedimento Ministerial nº 674.0.119916/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 5.89. Inquérito Civil nº 003.0.94796/2011, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 5.90. Inquérito Civil nº 596.0.111208/2009, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 5.91. Inquérito Civil nº 003.9.74281/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 5.92. Procedimento Ministerial nº 596.0.19127/2016, da 21ª Promotoria de Feira de Santana;
- 5.93. Procedimento Ministerial nº 003.9.82086/2017, da Promotoria de Justiça de Ubatã.
- 5.94. Procedimento Ministerial nº 003.0.23417/25009, da 5ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;
- 5.95. Inquérito Civil nº 003.0.36197/2010, da Promotoria de Justiça de Rio Real;
- 5.96. Inquérito Civil nº 707.9.90949/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Poções;
- 5.97. Inquérito Civil nº 708.0.146599/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

- 5.98. Procedimento Ministerial nº 035.9.17094/2017, da Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 5.99. Inquérito Civil nº 681.0.197775/2014, da Promotoria Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 5.100. Procedimento Ministerial nº 003.0.128960/2016, do Grupo de Atuação Para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 5.101. Inquérito Civil nº 167.0.39514/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 5.102. Inquérito Civil nº 003.0.153155/2008, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 5.103. Procedimento Ministerial nº 591.0.208177/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 5.104. Procedimento Ministerial nº 591.0.255581/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 5.105. Inquérito Civil nº 190.0.88721/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 5.106. Inquérito Civil nº 003.0.179672/2009, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 5.107. Inquérito Civil nº 001.0.124831/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 5.108. Inquérito Civil nº 001.0.137084/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 5.109. Procedimento Ministerial nº 597.0.51558/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 5.110. Inquérito Civil nº 167.0.193472/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 5.111. Inquérito Civil nº 680.0.178205/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 5.112. Procedimento Ministerial nº 212.0.185932/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Paripiranga;
- 5.113. Inquérito Civil nº 598.0.40029/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARILENE PEREIRA MOTA:

- 5.114. Inquérito Civil nº 020.0.168158/2013, da Promotoria de Justiça de Barra da Estiva;
- 5.115. Procedimento Ministerial nº 712.0.35381/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 5.116. Procedimento Ministerial nº 598.0.116193/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 5.117. Procedimento Ministerial nº 003.1.16921/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Direito dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDÉF;
- 5.118. Procedimento Ministerial nº 003.0.236412/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 5.119. Procedimento Ministerial nº 003.0.167790/2009, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 5.120. Procedimento Ministerial nº 720.0.135895/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 5.121. Inquérito Civil nº 003.0.924/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 5.122. Inquérito Civil nº 167.0.164477/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 5.123. Inquérito Civil nº 709.0.92027/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 5.124. Inquérito Civil nº 003.0.99804/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;



- 5.125. Procedimento Ministerial nº 598.9.4942/2017, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 5.126. Procedimento Ministerial nº 692.0.92442/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 5.127. Procedimento Ministerial nº 707.0.26033/2012, da Promotoria de Justiça de Poções;
- 5.128. Procedimento Ministerial nº 202.9.56810/2017, da Promotoria de Justiça de Governador Mangabeira;
- 5.129. Inquérito Civil nº 167.0.97819/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 5.130. Inquérito Civil nº 674.0.234505/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 5.131. Procedimento Ministerial nº 163.0.72535/2009, da Promotoria de Justiça de Maracás;
- 5.132. Procedimento Ministerial nº 163.0.72501/2009, da Promotoria de Justiça de Maracás;
- 5.133. Procedimento Ministerial nº 001.0.101913/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Ilhéus.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA

- 5.134. Recurso Administrativo nº 003.9.90410/2017, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Lençóis;
- 5.135. Procedimento Ministerial nº 003.0.73507/2012, da Promotoria de Justiça de Prado;
- 5.136. Inquérito Civil nº 111.0.130148/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Dias D'Ávila;
- 5.137. Inquérito Civil nº 692.0.71172/2012, da Promotoria de Justiça Regional do Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 5.138. Inquérito Civil nº 597.0.168925/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 5.139. Inquérito Civil nº 598.0.145680/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 5.140. Inquérito Civil nº 003.0.220014/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 5.141. Procedimento Ministerial nº 699.0.76922/2008, da 3ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 5.142. Inquérito Civil nº 003.0.26646/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 5.143. Inquérito Civil nº 020.0.212642/2014, da Promotoria de Justiça de Barra da Estiva;
- 5.144. Procedimento Ministerial nº 003.0.55116/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA NIVALDO DOS SANTOS AQUINO:

- 5.145. Recurso Administrativo nº 003.0.4875/2017, apenso nº 003.9.16921/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 5.146. Inquérito Civil nº 003.0.127083/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 5.147. Inquérito Civil nº 596.0.85374/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 5.148. Inquérito Civil nº 596.0.139606/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de

Santana;

5.149. Procedimento Ministerial nº 069.0.119361/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

5.150. Inquérito Civil nº 003.0.96745/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDF;

5.151. Inquérito Civil nº 003.0.76632/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

5.152. Procedimento Ministerial nº 069.9.63947/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

5.153. Procedimento Ministerial nº 657.0.60603/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Ipiaú;

5.154. Procedimento Ministerial nº 003.0.206272/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

5.155. Procedimento Ministerial nº 035.9.8247/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;

5.156. Inquérito Civil nº 692.0.71137/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Guanambi.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

5.157. Procedimento Ministerial nº 001.1.16820/2004, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

5.158. Inquérito Civil nº 003.0.60180/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

5.159. Inquérito Civil nº 597.0.101639/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

5.160. Inquérito Civil nº 003.9.266547/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

5.161. Inquérito Civil nº 696.0.97148/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;

5.162. Inquérito Civil nº 003.0.105188/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;

5.163. Procedimento Ministerial nº 003.0.169014/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

5.164. Procedimento Ministerial nº 001.0.128515/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

5.165. Inquérito Civil nº 003.0.121660/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

5.166. Inquérito Civil nº 003.0.103137/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Ilhéus;

5.167. Procedimento Ministerial nº 003.0.120070/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor.

06. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, 08 de junho de 2017.

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público